

AS MOEDAS ROMANAS DA PENÍNSULA IBÉRICA E DA SÍRIA-PALESTINA: UMA TENTATIVA DE DIÁLOGO

Vagner Carvalho Porto¹

RESUMO: Este trabalho tem a intenção de promover o debate sobre a relação existente entre Roma e suas províncias. Para isso, utilizaremos exemplos de moedas produzidas do lado ocidental do Império, com as moedas da Península Ibérica, e do lado Oriental do Império, com as moedas da Síria-Palestina. A partir da recorrência de elementos iconográficos e informações nas legendas dessas moedas pretendemos mostrar possíveis padrões de ocupação tanto no Leste como no Oeste a partir do Culto Imperial e da elevação do estatuto jurídico-administrativo das cidades.

PALAVRAS-CHAVE: Império Romano; províncias romanas, iconografia monetária.

ABSTRACT: This article has the intention of moving forward the discussion about the existent relationship between Rome and its provinces. For that we use coin examples produced in the Iberian Peninsula, in the western side of the Empire, and in Syria and Palestine, in the eastern side of the Empire. Basing on the recurrent iconographical elements and the data from the inscriptions on these coins, we intend to show possible occupation patterns both in the East as in the West from the Imperial cult and from the elevation of the judicial and administrative status of the cities.

KEYWORDS: Roman Empire, Roman provinces, coin iconography

Introdução

Este pequeno artigo tem a pretensão de apresentar e discutir o *modus operandi* dos romanos para o estabelecimento e fixação de certa romanidade nas cidades por eles conquistadas.

As moedas serão o veículo pelo qual pretendemos, nessas poucas linhas, tentar identificar se existiu algum tipo de padrão de ocupação empreendido pelos romanos no mundo Oriental e Ocidental.

A escolha por moedas da Síria-Palestina pelo lado Oriental e da Península Ibérica, na porção ocidental do Império Romano se alicerça muito mais por uma razão oportunística do que por quaisquer elementos decisivos que envolvam as produções monetárias dessas duas regiões. Sabemos que a escolha arbitrária

¹ Doutor em Arqueologia pelo MAE/USP. Professor Titular do curso de História e Supervisor da especialização em Arqueologia da Universidade de Santo Amaro.

por confrontar localidades (decidimos por abarcar essas províncias, porque não outras?) pode engessar ou mesmo limitar nossas reflexões, mas também acreditamos que as províncias do Oriente Próximo por nós escolhidas, assim como as províncias da Península Ibérica, podem conter elementos importantes, com resultados significativos, tanto no que tange às semelhanças no modo com que romanos atuaram quanto pelas dessemelhanças. Mesmo estando num momento inicial de pesquisa² queremos correr esse risco.

Penso que, de certo modo, o Mar Mediterrâneo intermedeia as relações existentes entre Roma e suas províncias orientais, entre Roma e suas províncias do Ocidente, e também as relações entre as províncias dentro do mundo Oriental, dentro do mundo Ocidental e entre as províncias do Oriente e Ocidente com ou sem a intervenção direta de Roma. Seja pelas formas de integração ou unidade que o Mediterrâneo de certa forma estabelece ou mesmo pelas próprias fronteiras geográficas *Lato Sensu* ou ideológicas que o Mediterrâneo ainda representa e que tenha representado no Mundo Antigo. Ou mesmo como a construção historiográfica apresentou e relacionou o Mediterrâneo com os acontecimentos da Antiguidade. Mas essa é uma conversa para outro artigo.

Aqui, pretendo me deter no olhar romano para o Oriente e para o Ocidente. Nesse sentido é importante considerar antes de qualquer coisa a diferença que existe entre as províncias do Oriente e do Ocidente. Não me estenderei por hora no assunto, mas devo dizer que Charles Richard Whittaker em trabalho intitulado *Imperialism and culture: the Roman initiative*, expõe de forma muito valiosa a questão. Diz ele que no mundo grego era preciso restaurar a disciplina e no Ocidente bárbaro era preciso criar a ordem. Os instrumentos de poder empregados para a tarefa foram: para a manutenção das fronteiras, o exército; para o interior, cidades com características romanas (WHITTAKER, 1997, p. 158).

Roma entendia o Oriente, no caso a Síria-Palestina, e o Ocidente, no caso a Península Ibérica, como periferia. Periferia de seu mundo, de seus domínios. A moeda mesmo sendo um documento oficial, emitido pelo Estado, pode nos

² Essa pesquisa de pós-doutorado se insere num conjunto de pesquisas desenvolvidas pelo Laboratório de Arqueologia Romana Provincial - LARP coordenado pela Profa. Dra. Maria Isabel D'Agostino Fleming.

sugerir paradoxalmente que vejamos Roma como centro ou a Periferia como centro, numa troca muitas vezes necessária de foco.

Discutindo conceitos

Essa necessidade de trocar o foco e colocar a periferia do Império Romano em evidência faz parte das novas reflexões e preocupações de parcela importante de historiadores da História Antiga e também de Arqueólogos que estudam os confins do Império Romano. A revisão da literatura efetuada pelos historiadores e as descobertas arqueológicas apontam para uma rediscussão das relações entre Roma e suas províncias.

Nesse contexto, podemos acrescentar a discussão existente sobre os processos de integração entre Roma e suas províncias e salientar que essas reflexões passam por várias matizes conceituais. Pode-se encaminhar a conversa aprofundando temas ligados à identidade/alteridade, o famoso e tão contestado conceito de Romanização, o papel do exército e a resistência da população das províncias, assim como a discussão sobre fronteiras e territórios.

Também podemos ressaltar que no exame da inter-relação entre Roma e as províncias é crucial compreender o papel da religião no Império Romano. Whittaker (1997) expõe que é impossível descrever a história sociocultural da cidade sem a religião. Religião e política operavam na mesma esfera, o que era capital para a cultura urbana do Império. O impacto da religião romana variou enormemente nas comunidades provinciais e, conforme nos diz Mary Beard, John North e Simon Price (1998), no campo da religião foi impossível escapar de ser culturalmente afetado pelo imperialismo. Se tal generalização puder ser feita, porém, este impacto possuiu uma grande multiplicidade de formas e foi vivenciado de modo muito diverso pelas partes envolvidas – conquistador e conquistado, camponês e aristocrata. Roma, de um modo geral, não erradicou drasticamente as tradições religiosas nativas nem impôs sistematicamente sua própria tradição religiosa nos territórios conquistados: havia intercâmbio em vários níveis entre os cultos romanos e outras práticas religiosas existentes nas províncias do Império. E é nesse contexto que a moeda, com os símbolos de anverso e reverso, mais suas legendas, pode indicar caminhos a se pensar a integração de Roma com as cidades do Império. No caso das moedas que veremos mais adiante, o aspecto religioso da demarcação da fronteira de uma cidade e o culto imperial serão fortemente contemplados.

A discussão acerca da integração pode passar também pelos conceitos de poder, assim L. Revell em seu texto *Roman Imperialism and Local Identities* sugere que o conceito de poder e o sistema das “redes de poder” que se formaram nas diferentes localidades sejam examinados em suas particularidades. Isto pressupõe compreender “como as populações viviam durante o período romano e como foi construída, portanto, uma multiplicidade de identidades romanas” (REVELL, 2009, p. IX). Os estudos tradicionais sobre as províncias da Gália, Palestina, Hispânia e outras minimizavam o papel da população dominada em sua interrelação com os romanos. Esses estudos viam o expansionismo e colonialismo romanos como arquétipos para o nacionalismo e imperialismo modernos, o que dificultou aos especialistas avançar além de suposições básicas. Terrenato bem nos lembra que é suficiente destacar o debate intenso sobre o imperialismo romano focado apenas nos acontecimentos em Roma, ignorando o papel das comunidades incorporadas (TERRENATO, 2005, p. 63).

Nesse jogo de interações, por outro lado, a atuação da população provincial também não deve ser superestimada (o que aconteceu em alguns casos), de modo a “neutralizar” a influência do mundo romano. Uma abordagem alternativa deve considerar o impacto da presença militar, a resistência ao Império, compreendida não somente no âmbito da luta armada, mas também na esfera cultural, social e simbólica, a relação entre elite provincial e imperial, bem como os demais agentes sociais envolvidos no processo que não as elites. No caso do exército romano, por exemplo, são patentes as relações entre soldados e populações locais que não “elites”, no que concerne as identidades, as questões envolvendo a *annona militaris*, o papel do império, as fronteiras, o *limes*, revoltas locais, abastecimentos, o estabelecimento de famílias, produções cerâmicas. Nessa linha de análise, são particularmente interessantes os estudos de Curchin (2004), Keay e Terrenato (2001), Huskinson (2000a), Mattingly (2004) e Revell (2009), que propõem a superação das visões tradicionais em relação aos conceitos de “romanização” e cultura. Romanização é um termo mais descritivo do que definitório ou explicativo (FLEMING, 2011, p.11). Entendemos que substituir o termo Helezinação ou Romanização por termos mais abrangentes, que pouco dizem, nada resolve.

O Culto Imperial

O culto imperial também aparece na literatura com aspectos diferentes no Oriente e Ocidente: a historiografia acostumou-se a propor que o Oriente seria o local propício para a substituição de um culto por outro, pois havia a tradição de veneração ao poder, enquanto que no Ocidente, o culto era de certa forma imposto por Roma (BEARD; NORTH; PRICE, 1998, p. 334).

Todavia, o culto imperial aparece como forma de integração. A uniformidade do culto imperial se propunha como elemento de coesão, de unidade. De acordo com M. Beard, J. North, e S. Price, o culto imperial se traduzia em diferentes tipos de culto e em diferentes formas de interação com os deuses locais. Esses autores propõem uma diferenciação entre Oriente – local propício para a substituição de um culto por outro, pois havia a tradição de veneração ao poder – e Ocidente, em que o culto era imposto por Roma (BEARD; NORTH; PRICE, 1998, p. 334). Segundo esses autores, o Ocidente não possuía uma estrutura estatal e os grupos rivalizavam entre si.

Ou como nos diz Paul Zanker (1992), o culto imperial se traduzia em diferentes tipos de cultos e em diferentes formas de interação com os deuses locais. Seja pela competição que o culto imperial promovia entre as cidades e, principalmente no caso do Ocidente, sobre a autoimagem que as aristocracias locais procuravam ao promover seus feitos pela cidade.

Segundo o autor, as efígies das moedas de Augusto, por exemplo, propagandeavam tanto o Estado quanto o seu guia, Augusto (ZANKER, 1992, p. 18), garantindo-lhe mérito e prestígio. Segundo Ana Tereza Marques Gonçalves, Augusto é o primeiro a preocupar-se com a organização política sistemática das imagens, buscando reconhecer publicamente suas qualidades militares, de *Divi filius*, e seus méritos no comando do Estado (GONÇALVES, 2001, p. 57). A estética foi, desse modo, posta a serviço da política.

Com relação às moedas, elas circulavam por todo o Império e até fora das fronteiras romanas, levando imagens e pequenas inscrições gravadas em seus aversos e reversos. Com as moedas, como diz António Tavares, circulava o elogio do imperador (1988, p. 116). E, como na fabricação de estátuas, havia cânones oficiais a serem seguidos. Como enfatiza Kevin Greene, não havia um controle direto do imperador sobre as cunhagens citadinas, mas havia cânones previamente definidos que eram respeitados (GREENE, 1986, p. 50).

Todavia, há pesquisadores, como M. H. Crawford (1983), que não veem as moedas como veículos de propaganda. Crawford defende que os veículos devem ser impactantes, que devem obrigatoriamente chamar a atenção dos receptores, e que as moedas não eram observadas detidamente por aqueles que as utilizavam. Comenta, ainda, que a autoridade e a personalidade dos imperadores chegavam à população através do culto imperial, das estátuas, das construções públicas e das distribuições de benesses, e não através das moedas; por isso não existia um órgão específico do governo para controlar as emissões monetárias e poucas vezes as moedas foram descritas nas fontes textuais romanas. Para ele, as moedas só apresentavam inscrições e figuras porque esse era um hábito romano. Os tipos e as legendas normalmente tinham duas funções: identificar a autoridade responsável por sua cunhagem e proclamar a mensagem de que esta autoridade estava no poder.

M. H. Crawford aceita que a moeda é um símbolo de soberania e autoridade e que nela encontram-se gravadas as atividades imperiais, mas argumenta que, para se transformar num veículo de propaganda, a moeda deveria possuir um conteúdo programático e um significado menos efêmero. Porém, reconhece que o que identifica a cunhagem de um imperador era a imagem desse imperador. Em casos de *damnatio memoriae* (que quer dizer “danação da memória”, no sentido de remover da lembrança), não apenas as estátuas e inscrições eram atingidas, mas as moedas também eram raspadas (CRAWFORD, 1983, p. 47-59).

Em primeiro lugar, as moedas não eram efêmeras; elas circulavam mesmo depois da morte do imperador que as havia cunhado. Em segundo lugar, da mesma forma que não havia um órgão específico para controlar as imagens das estátuas imperiais, também não havia a necessidade da existência de um organismo oficial para controlar as cunhagens, pois os cânones já se encontravam definidos pela tradição e pela repetição. Em terceiro lugar, tanto era verdade que as moedas eram observadas, que elas eram raspadas no caso de *damnatio memoriae* decretada pelo senado. Por fim, o grande problema de analisarmos a questão das moedas não é perceber que elas divulgavam obras, feitos e virtudes do imperador, mas sim entender plenamente alguns de seus símbolos – já que eles estão muito distantes de nossa simbologia atual – e perceber o seu impacto na população, o que é impossível de se atingir, pois não

temos informações de como os romanos reagem às mensagens transmitidas. Contudo, há constatações insofismáveis: nunca se deixou de tentar transmitir algo pelas moedas; não há moedas sem tipos ou legendas.

Paul Zanker afirma, e com ele concordamos:

As moedas tiveram sem dúvida um grande número de observadores atentos. Diferentemente de nossa época, submersa em estímulos visuais, o aparecimento de novas imagens era então um acontecimento. [...] As moedas tinham uma circulação particularmente maciça e difusa, como demonstram as escavações, sobretudo na parte ocidental do Império (ZANKER, 1992, p. 62).

A respeito da circulação das imagens nas moedas, como afirma Francesco de Robertis, a propaganda era direta [...], pois as moedas passavam pelas mãos de todos e estavam sempre sob os olhos de todos! (DE ROBERTIS, 1994, p. 185). E as pessoas no mundo romano não contavam com os estímulos visuais com os quais contamos atualmente, por isso eles eram muito mais observados e manipulados no passado do que no presente.

Pode ser que o emprego do termo propaganda para a Antiguidade não seja apropriado. Mas, não percamos de vista que havia, sem sombra de dúvida, uma instrumentalização política das moedas e de seu conteúdo por governantes sejam eles das elites locais ou romanos.

No caso do Ocidente, mais especificamente da Hispânia, o reino de Tibério é o ponto de partida para o estabelecimento do culto imperial ao organizar-se o culto provincial e a construção dos templos de Tarraco e Emerita. A morte e posterior divinização de Augusto foram recordadas, em várias cidades hispânicas, com novas séries de moedas realizadas por ordem de Tibério, nas quais aparecem a cabeça radiada de Augusto e a legenda DIVVS AVGVSTVS PATER, junto do templo AETERNITATI, AVGVSTAE.

A maior produção monetária de Emerita foi feita durante o reinado de Tibério. Os tipos monetários e as legendas das moedas de Emerita têm um forte caráter religioso com uma específica alusão ao culto imperial. Este caráter religioso é evidente nos aversos das moedas (como vimos acima), e sobre os reversos, onde podemos verificar a representação da porta da cidade, a águia entre dois estandartes, o altar de *Providentia* e o templo de *Aeternitas Augusta* nas moedas batidas nas cidades hispânicas de Tarraco e Turiaso (figuras 1 e 2).



Fig. 1 - Tarraco. Bronze.

Anverso: Cabeça de Augusto. Legenda: DIVVS AVGVSTVS PATER.

Reverso: Altar. Legenda: AETERNITATIS AVGVSTAE (que significa: da eternidade augusta ou da imortalidade de Augusto).

Referência: Roman Provincial Coinage 102.



Fig. 2 - Turiaso. Bronze.

Anverso: Estátua de Augusto divinizado, sentado em trono. Legenda: DEO AVGVSTO.

Reverso: O templo. Legenda: AETERNITATIS AVGVSTAE.

Referência: Roman Provincial Coinage 401.

Com símbolos que nos remetem ao culto imperial, destacam-se também as emissões monetárias, no período de Augusto, da romana Colônia Patrícia (capital da Baetica).

As cunhagens de *Colônia Patricia* são bem conhecidas graças aos trabalhos de F. Chaves Tristan, principalmente *La Corduba hispano-romana y sus monedas* (Sevilha, 1977), também pelas discussões de R. Knapp, em (*Annali dell'Istituto Italiano di Numismatica*, 1980, p. 189-202).

Todos os símbolos sacerdotais como a pátera, o *aspergillum*, o jarro e o *lituus* (figura 3), são tipos que têm sido explicados como uma alusão aos mais importantes Sacerdócios de Augusto.



Fig. 3 - Colônia Patrícia. Bronze.

Anverso: Cabeça de Augusto à esquerda. Legenda: PER CAE AVG.

Reverso: Símbolos sacerdotais: pátera, aspergillum, jarro e lituus. Legenda: COLO PATR.

Referência: Burgos 1565.

Já no caso Oriente, muitas são as cidades da Síria-Palestina que procuraram retratar o culto imperial. Neste nosso artigo citarei o exemplo de Cesareia Panias (a moderna Banias). De acordo com Flávio Josefo, Felipe, filho de Herodes, o Grande, teria reedificado a cidade de Panias e lhe dado o nome de Cesareia (de Felipe) em honra a Augusto (JOSEFO, *Guerra dos Judeus* II, 305-311). O *Augusteum*, templo que fora construído por Herodes em homenagem a Augusto, segundo Josefo, apareceu nas moedas de Felipe (Figura 3).



Fig. 4 – Cesareia Panias.

Anverso: Bustos conjugados de Augusto, laureado, e Lívia, à direita. Legendas em grego, KAICAPI C CAE CT. (Augustus Caesar).

Reverso: Fachada de templo tetrastilo construído sobre plataforma alta (o Augusteum em Panias); as colunas com capitéis jônicos, dois círculos concêntricos no centro. Pequeno pedimento. Legenda: Y TETPAPXOY (Filipe tetrarca).

Referência: Meshorer TJC 100.

Tanto no exemplo das emissões monetárias da Península Ibérica aqui exemplificadas pelas cidades de Tarraco, Emerita, Turiaso e Colônia Patrícia, como no caso das cunhagens da Síria-Palestina tomando como exemplo aqui a cidade de Panias, as moedas retratam símbolos e legendas que nos remetem ao

culto imperial. Tal situação é presente tanto nas moedas emitidas por Roma e que circulam por essas e outras cidades das províncias mencionadas – como em outras também – quanto nas moedas emitidas pelas elites locais com a devida permissão de Roma.

Essa recorrência de elementos iconográficos que remetem direta ou indiretamente ao culto imperial tanto nas cidades do Oriente como do Ocidente trata-se de um padrão de ocupação ensejado pelos romanos? É de se pensar. Trata-se de um padrão com esquemas iconográficos bastante definidos na iconografia monetária de regiões tão distantes e tão dispares? Disso, não podemos duvidar.

Os estatutos jurídico-administrativos das cidades provinciais romanas

Depois do culto imperial, um outro elemento que elegemos para desenvolver nosso exercício comparativo de possíveis padrões de ocupação romana nas províncias de Oriente e Ocidente é a presença de imagens e inscrições nas moedas que indiquem elevação de *status* jurídico-administrativo. A mudança ou não do *status* jurídico da cidade estava normalmente condicionada a favorecimentos que reis e elites locais conquistavam junto ao governo central romano, ligados a medidas administrativas mais amplas, graças à reorganização de alguma região, e também, graças à fidelidade e lealdade, que deveriam ser demonstradas em casos de adversidades, principalmente quando da existência de sublevações ou guerras. A política de promoção jurídica experimentou uma forte aceleração a partir de Augusto. E algumas cidades obtiveram o privilégio da elevação de *status* jurídico de acordo com o grau de “Romanização”. A elevação de *status* culminava, entre outras coisas, no direito de bater moedas.

Apresentam-se situações muito próprias para o Ocidente como para o Oriente. Desta forma podemos observar o estatuto de *oppidum* para as cidades do Ocidente. Para o Oriente, em virtude da presença grega antes dos romanos, encontramos o estatuto de pólis para as cidades. Todavia, por outro lado, podemos encontrar tanto nas moedas ocidentais como orientais inscrições com referência ao estatuto de *colonia* ou *municipium*. É sobre a recorrência dessas similitudes que pretendemos nos debruçar.

No caso das cidades da Síria-Palestina tiveram mudanças de *status* de acordo com os vários momentos políticos que a região viveu, e um novo *status* se evidenciava a cada nova fundação e/ou refundação das cidades. Na verdade, a fundação é seguida da elevação de *status*, mas podia se alcançar uma mudança de *status* sem necessariamente acontecer uma fundação ou refundação da cidade (KINDLER, 1982/3, p. 84). Apesar do tema da fundação ou refundação das cidades ser recorrente nas moedas das províncias orientais e ocidentais, ele deverá ser discutido em outra ocasião.

Nas cidades da Síria-Palestina, reis Selêucidas tomaram medidas helenizantes importantes como forma de consolidar o seu poder. Antíoco IV, por exemplo, concedeu o *status* de pólis³ a várias cidades, promoveu a adoração de Zeus e reivindicou para si prerrogativas divinas (ABEL, 1952, p. 109-132).

Sobre o estatuto alcançado pelas cidades do Ocidente, há uma discussão bastante produtiva sobre as cidades *Pax Iulia*, *Felicitas Iulia Olisipo e Liberalitas Iulia Eborae*. Antonio Marques de Faria (2001), no texto intitulado *Pax Iulia, Felicitas Iulia, Liberalitas Iulia*, apresenta a questão da atribuição dos estatutos jurídico-administrativos dessas três cidades do Ocidente hispânico e seu apontamento nas legendas e na iconografia das moedas. Assim diz ele:

É perfeitamente plausível o relacionamento das cunhagens de *Eborae* quer com a comemoração do pontificado máximo de Augusto, quer com a obtenção do estatuto municipal. Este último nexos deverá residir na circunstância de todas as cidades-produtoras peninsulares emissoras de moeda *permissu Caesaris Augusti* terem sido colônias ou municípios (*RPC I*, p. 2), afigurando-se igualmente verosímil que as restantes cidades-produtoras hispânicas imperiais, à exceção de *Ebusus*, tenham beneficiado do estatuto municipal (FARIA, 2001, p. 19-20).

Neste sentido, pode-se a partir da análise das moedas, inferir sobre as relações entre a elevação de *status* de uma cidade com a adoção do culto imperial. A legenda *permissu Caesaris Augusti* (com a permissão de César Augusto) mostra também que era de bom tom para os governantes locais colocarem em suas moedas que lhes fora gentilmente concedido pelo governo central romano o direito a produzir moedas. Essa relação evoca um convívio amistoso, de boa vizinhança que trataremos um pouco mais adiante.

³ De acordo com Alla Stein (1990), *Polis* não foi o único *status* concedido pelos reis helenísticos às cidades da Síria-Palestina. Os títulos de *hierakai asylos* (“Santa e Inviolável”), *autonomus* e *metropolis*, também foram títulos concedidos às cidades.

Outro ponto destacável dentro do estatuto jurídico-administrativo que cidades do Oriente e Ocidente vivenciam e que diz respeito às moedas são as produções locais, também conhecidas como emissões cívicas.

As emissões cívicas caminharam para um modelo de moeda que as colônias e os municípios adotaram sem nenhum tipo de dirigismo nem imposição já que o modelo se desenvolveu muito provavelmente a partir da convicção do que era mais apropriado. Geralmente apresentam o imperador com legenda que o identifica no anverso e no reverso, gravava-se uma figura com um significado cívico local, acompanhado do nome da cidade emissora.

No caso das moedas cívicas das cidades orientais, produzidas com permissão das autoridades romanas ou do imperador durante o período em questão, o anverso normalmente apresenta a cabeça do imperador, enquanto que sobre o reverso aparecem desenhos refletindo, em alguns exemplos, aspectos religiosos da vida da cidade, assim como templos, construções ou objetos de cultos de divindades.

Outras moedas apresentam desenhos simbolizando os aspectos econômicos, como por exemplo, galés e outros símbolos marítimos sobre moedas de várias cidades portuárias, ou especialmente uma importante produção agrícola e industrial, como as conchas de *múrex* usadas na manufatura de corantes vermelhos, cachos de uvas ou ramos de trigo (MESHORER, 2001, p. 7).

Houve em certas circunstâncias a proibição das cunhagens cívicas pelo governo central romano. No caso da Síria-Palestina, essas proibições demonstram, entre outras coisas, que a restrição às produções locais foi uma resposta imediata aos judeus “revoltosos”,⁴ e que a utilização da moeda como instrumento de repressão evidenciava a força político-ideológica que possuíam esses pequenos objetos.

É importante que se anote que o humor de Roma com suas províncias podia variar de acordo com o retorno que seus aliados lhe davam. Dessa forma, fica evidente que o Império Romano podia ser mais rígido em determinadas situações como quando Roma suprimiu as Revoltas dos Judeus, ou mais flexível, como quando aboliu a cobrança das taxas judaicas (figuras 5 e 6).

⁴ Observamos essa situação durante a Primeira Revolta dos judeus contra os romanos (66-70 d.C.) e durante a Segunda Revolta que ocorrera ente 132-135 d.C e que fora liderada por Simão Bar Kosiba.



Fig. 5 - Vespasiano. Áureo emitido em Roma em 70/71 d.C.

Anverso: Cabeça de Vespasiano à direita.

Reverso: Personificação da Judeia sentada próximo a uma palmeira, com suas mãos amarradas para trás. Legenda: IVDAEA.

Referência: Roman Imperial Coins 54.



Fig. 6 - Nerva. Sestércio de bronze.

A palmeira aqui é circundada pela legenda em latim: “F S C I I V D A I C I C A L V M N I A S V B L A T A”, que significa “aborrecimentos com a cobrança das taxas judaicas foram abolidos”.

Referência: Roman Imperial Coins 58.

Algumas cidades da Síria-Palestina mantiveram a produção das moedas imperiais durante o conflito e depois da supressão da revolta. Isso ocorreu justamente pelo fato dessas cidades terem se posicionado ao lado de Roma.

No período denominado pós-primeira revolta (70 d.C. a 132 d.C.), predominaram na Judeia as emissões imperiais romanas, ou seja, as cidades insurgentes foram impedidas de emitir moedas tendo que utilizar somente as moedas produzidas ou por Roma ou por seus aliados que por ali circulavam.

Por fim, outro aspecto relevante em nossa análise e que está diretamente ligado à elevação do estatuto jurídico-administrativo de certas províncias romanas é a relação de fidelidade e amizade que as cidades dedicavam a Roma na figura de seus imperadores.

É justamente essa boa relação com Roma que fez com que a Colônia Patrícia batesse moedas com o devido cuidado que lhe convinha, e esse posicionamento de Colônia Patrícia foi muito bem apreendido nas legendas de

suas moedas. A legenda *permissu Caesaris Augusti*, com a permissão de César Augusto (figura 7), é uma demonstração de fidelidade e amizade da província hispânica para com Roma.



Fig. 7 - Augustus Æ33mm of Colônia Patrícia (Órdoba), Espanha.
Anverso: Cabeça de Augusto virada para a esquerda. Legenda: PERMISSV CAESARIS AVGVSTI (com a permissão de Cesar Augusto).
Reverso: Águia entre estandartes legionários. Legenda: COLONIA PATRICIA.
Referência: Burgos 1562.

Claire Préaux nos sugere que, no caso da Síria-Palestina, havia uma certa hierarquização nas relações de amizade entre os governantes das diversas cidades e o governo central. Este tipo de proposta de condução política teria sido iniciado e estabelecido pelos governantes selêucidas e fora habilmente continuado pelos imperadores romanos. Segundo a autora, a hierarquia de títulos começava do mais importante “parente do rei”, que equivalia em importância o rei local aos parentes do rei; depois na sequência vinha o título de “primeiro amigo”, *archisômatophylakes*; “amigo”, *somatophylakes*; e por fim, “sucessores” (PRÉAUX, 1988, p. 209-210).

Exemplificaremos essa relação de amizade e fidelidade observando a legenda de três moedas batidas na cidade de Cesareia Marítima por Herodes Agripa, que era neto do mais conhecido Herodes Magno.

Fundada por Herodes, o Grande, Cesareia Marítima teve já a partir do momento de sua fundação, uma importância política e estratégica muito grande para o Império Romano. A cidade foi das que mais colaborou com os romanos quando da revolta dos judeus contra Roma. Essa importância política da cidade, o fato de ser portuária e de ter sua fundação com Herodes no final do século I a.C., certamente mostram por que Cesareia Marítima obteve o direito de emitir uma grande quantidade de moedas.

As duas moedas abaixo (figuras 8 e 9) chamam nossa atenção por apresentarem a legenda em grego: ΒΑCΙΛΕΥC ΜΑΓΑC ΑΠΙΠΑC ΠΙΟΚΑΙCΑΠ, que significa: “o grande rei Agripa, amigo de César”. De acordo com Alla Stein e Yakov Meshorer, colocar o título de rei nas moedas das províncias do Oriente não era novidade, todavia, parece que ao adicionar a palavra “grande” Agripa reforça sua boa relação com Cláudio (MESHORER, 2001, p. 99; STEIN, 1990, p.147). Meshorer finaliza dizendo que não há dúvida de que Herodes Agripa alcançou um *status* mais elevado nos dias de Cláudio, e essa expressão “grande amigo” ecoou por todos os territórios que foram adicionados a seus domínios. Seu irmão Herodes, rei Cálcis, também é reconhecido como “amigo de Cláudio” sobre suas moedas, contudo, sem o título “grande amigo” (MESHORER, 2001, p. 99).



Fig. 8 - Cesareia Marítima sob Agripa I. Data: 37-43 d.C. Metal: Bronze.
Anverso: Busto laureado de Cláudio, à direita. Em inscrição: TIBEPIC KAICAP CEBACTOC (Tibério César Augusto).
Reverso: Rei Agripa e imperador em pé em frente da fachada de templo distilo, segurando pátera (?). Figura em pé, atrás. Pergaminho (?). Figura ajoelhada, abaixo. Inscrição: BACILEYC MAGAC AGIPPAC FILOKAICAP, que significa: “o grande rei Agripa, amigo de César”.
Referência: Meshorer TJC 121.



Fig. 9 - Cesareia Marítima sob Agripa I. Data: 37-43 d.C. Bronze.
Anverso: Busto diademado e drapejado de Agripa, à direita. Legenda: BACILE MAGAC AGIPPAC FILOKAICAP (o grande rei Agripa, amigo de César).
Reverso: Tyche de Cesareia em pé, à esquerda, segurando leme e palma. Legenda: KAICAPIA H PPOC TW CEBACTW LIMHN[I]. (Cesareia, na qual está à disposição, o porto de Augusto). No campo direito, data: LZ (ano 7 da fundação = 42/43 d.C.). 7).
Referência: Meshorer TJC 122.

Considerações Finais

Procuramos abordar neste breve artigo as várias situações observáveis a partir das moedas, seja pela emissão, legenda ou iconografia, em que podemos verificar a recorrência de padrões de produção monetária bem demarcados por Roma e pelas províncias tanto do lado Oriental quanto do lado Ocidental do Império.

Mesmo que tais padrões monetários com esquemas iconográficos bem definidos se apresentem em outras localidades do Império como na Britânia, Dácia, Egito ou Antioquia, optamos por fazer um recorte que abarcasse as moedas produzidas na Síria-Palestina e na Península Ibérica, mesmo sabendo que a utilização de exemplos de todos esses outros lugares dariam suporte a minha proposta. O fato é que esses padrões nas moedas se repetem em diferentes partes do Império Romano e não podemos nos furtar de que isso é um indicativo de que havia uma proposta romana quanto a organização econômica, político-administrativa e religiosa para com as províncias e que ela se adequou às realidades locais, num jogo que considera por um lado a impressionante capacidade de Roma de promover ideologicamente às províncias suas vontades, mas, por outro lado, há também que se considerar a impressionante sagacidade das autoridades locais em perceber esse “jogo” dos romanos e mergulhados nesse contexto fazer prevalecer sua cultura e a cultura de seu povo.

A observação do espalhamento do culto imperial através das moedas, assim como a constatação da obtenção de estatutos jurídico-administrativos na elevação do *status* da cidade, como pudemos observar nas moedas Ocidentais de *Pax Iulia*, *Felicitas Iulia Olisipo*, *Liberalitas Iulia Eborac* e *Colonia Patricia*, ou também a hierarquização das relações de amizade entre imperadores romanos e governantes locais, como analisamos nas moedas Orientais de Cesareia Marítima, todos esses itens compuseram o quadro de nossas reflexões, auxiliando-nos na empreitada de verificar os possíveis padrões de ocupação dos romanos nas diversas províncias romanas ao longo do Império.

Queremos crer que ao empreendermos uma análise dos esquemas iconográficos das emissões das províncias da Síria-Palestina e da Península

Ibérica pudemos trazer à luz um olhar das questões que dizem respeito à relação que Roma mantinha com suas províncias que complementam, em certa medida, as possíveis lacunas das fontes escritas.

Intermediadas pelo Mar Mediterrâneo, a fluidez das relações políticas, econômicas, culturais, religiosas ou sociais entre romanos e orientais, ou entre romanos e ocidentais, sugere múltiplos movimentos, não apenas físicos com galeras romanas singrando as águas mediterrânicas em sentidos diversos, mas intermediando também a movimentação de ideologias, pensamentos, *habitus*, que atingiam todos os habitantes do Império Romano.

Bibliografia

Obras Gerais

ABEL, F.-M., *Histoire de la Palestine I*. Paris, J. Gabalda, 1952.

ALARCÃO, J. de. O reordenamento territorial. Augustan Municipalization in Baetica. In: *Estudios sobre la Tabula Siarensis*. Madrid, 1990a. p. 61-74.

BEARD, M., NORTH, J. e PRICE, S. “Roman religion and roman empire”. Em: *Religions of Rome*. Cambridge. Cambridge University Press, 1998, p. 313-363.

BURGOS, Fernando Alvarez. *Catalogo general de la moneda hispanica: Desde sus origenes hasta el siglo V*. Spain. J. Vico. 1979.

BURNETT, A. and AMANDRY, M. (eds.) Roman Provincial Coinage. London and Paris: British Museum Press and Bibliothèque Nationale: Vol. I (1992): *From the death of Caesar to the death of Vitellius (44 BC–AD 69)* by A. Burnett, M. Amandry, and P. P. Ripollès. (1992–)

CRAWFORD, M. H. Roman imperial coin types and the formation of public opinion. In: *Studies in numismatic method*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, p. 1983, p. 47-59.

CURCHIN, L. *The Romanization of Central Spain: complexity, diversity, and change in a Provincial Hinterland*. London: Routledge. 2004.

DE ROBERTIS, F. M. Libertas e auctoritas cardini del sistema politico-instituzionale romano. In: NITTI, A.; MARANGIO, C. (Ed.) *Scritti di Antichità*. Brindisi: Schena, 1994, p. 183-187.

ÉTIENNE, Roland 1958. Le Culte Imperial dans la Péninsule Ibérique d'Auguste a Dioclétien. Paris: E. de Boccard.

FARIA, A. M. de. Pax Iulia, Felicitas Iulia, Liberalitas Iulia. In: *Revista Portuguesa de Arqueologia*. volume 4. Número 2. 2001, p. 351-362.

FLEMING, M. I. D. A. Projeto Temático. *Laboratório de Arqueologia Romana Provincial - LARP*. São Paulo. Fapesp, 2011.

FLAVIO JOSEFO *Guerra de Los Judios: y destruccion del templo y ciudad de Jerusalém*. Barcelona, Iberia, 1948.

GARCÍA-ENTERO, V. *Los balnea domésticos – ámbito rural y urbano – en la*

Hispania Romana. v.37. Madrid: CSIC, Anejos de AEspA. 2005.

GONÇALVES, Ana Teresa Marques. Poder e Propaganda no Período Severiano: A Construção Da Imagem Imperial. In: *POLITEIA: Hist. e Soc.* Vitória da Conquista. v. 1, n. 1. 2001, p. 53-58.

GOSDEN, C. What do objects want? In: *Journal of Archaeological Method and Theory*, vol. 12 (3). 2005, p. 193-211.

GREENE, K. *The Archaeology of the Roman economy*. London: Batsford, 1986.

HINGLEY, R. Rural Settlement in Northern Britain. In: Todd, M. (Ed.) *A Companion to Roman Britain*. Oxford, Blackwell. 2004, p. 327-48.

HOWGEGO, C., Heuchert, V., and Burnett, A. (eds.) *Coinage and Identity in the Roman Provinces*. Oxford: Oxford University Press. 2005.

HUSKINSON, J. Looking for culture, identity and power. In: Huskinson, J. (Ed.) *Experiencing Rome: culture, identity, and Power in the Roman Empire*. London, Routledge. 2000a, p. 3-28.

JOHNSON, M.H. Rethinking historical archaeology. In: Funari, P.P.A.; Hall, M.; Jones, S. (Eds.) *Historical Archaeology: Back from the Edge*. Londres: Routledge. 1999, p. 23-36.

KEAY, S.J.; TERRENATO, N. (Eds.) *Italy and the West*. Comparative Issues in Romanization. Oxford: Oxbow Books. 2001.

KNAPP, R. The Coinage of Corduba, Colonia Patricia. In: *Annali dell'Istituto Italiano di Numismatica*, n. 29. 1980, p. 183-202.

LOWE, Benedict. *Roman Iberia: Economy, Society and Culture*. Duckworth Publishers. 2009.

KINDLER, A. The status of cities in the Syro-Palestinian Area as Reflected by their coins. In: *INJ*, 6 -7. 1982/3, p. 79-87.

MARTINS, M. M. Urbanismo e arquitetura em Bracara Augusta. Balanço dos contributos da arqueologia urbana. In: *Simulacra Romae*, Biblioteca Miguel de Cervantes, 2002: 149-173. [<http://bib.cervantesvirtual.com/portal/simulacraromae/> consultado em 20/05/2011]

MATTINGLY, D.J. *Dialogues in Roman Imperialism*. Power, discourse and discrepant experience in the Roman Empire. *Journal of Roman Archaeology*. Supplementary Series Number 23. 2004

MESHORER, Y. *A treasury of Jewish Coins*. Jerusalém: Yad Ben-Zvi Press, 2001.

MILLETT, M. *The Romanization of Britain: An essay in Archaeological Interpretation*. Cambridge: CUP (edição em paperback). 1992.

PRÉAUX, C., *Le Monde hellénistique*. La Grèce et l'Orient (323-146 av. J.-C.) I-II, Paris, Presses Universitaires de France, 1987/1988.

REVELL, L. *Roman Imperialism and Local Identities*. Cambridge, Cambridge University Press. 2009.

SAID, E. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras. 1996.

SMALL, D.B. The Tyranny of the Text: lost social strategies in current historical period archaeology in the classical Mediterranean. In: Funari, P.P.A., M.; Hall, M.; Jones, S. (Eds.) *Historical Archaeology: Back from the Edge*. Londres: Routledge. 1999, p. 122-36.

STEIN, A. *Studies in Greek and Latin inscriptions on the Palestinian coinage under the*

principate. Tese de doutorado. Tel Aviv University. 1990.

TAVARES, A. *Impérios e propaganda na antiguidade*. Lisboa: Presença, 1988.

TERRENATO, N. The Deceptive Archetype: Roman Colonialism in Italy and Postcolonial Thought. In: H. Hurst and S. Owen (Eds.) *Ancient Colonizations – Analogy, Similarity & Difference*. London: Duckworth. 2005, 59-72.

TRISTÁN, Francisca de Asís Chaves. *La Córdoba Hispano-romana y sus monedas*. Sevilla, Ed. Círculo Numismático de Córdoba, 1977.

WHITTAKER, C.R. *Frontiers of the Roman Empire: a social and economic study*. London: John Hopkins University Press. 1994.

WHITTAKER, C. R. Imperialism and culture: the Roman initiative. In: *JRA*, suppl.23. 1997, p. 143-163.

ZANKER, P. *Augusto y el poder de las imagenes*. Madrid: Alianza, 1992.

ZANKER, P. *The mask of Socrates*. Berkeley, CA: University of California Press, 1995.